Texto Para Discussão
Número 21

# A Experiência Recente de Estabilização e Ajustamento no México : Aspectos Relevantes para a Economia Brasileira

Gesner Oliveira

**Dezembro - 92**

Departamento de Economia

EAESP FGV

TEXTO PARA DISCUSSÃO:

# A EXPERIÊNCIA RECENTE DE ESTABILIZAÇÃO E AJUSTAMENTO NO MÉXICO: ASPECTOS RELEVANTES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA [1]

Gesner Oliveira

Este texto foi originalmente preparado para workshop sobre estabilização na América Latina para a Secretaria de Planejamento de Minas Gerais, organizado por Mendonça de Barros Associados.

1- Agradeço a revisão e comentários de Flávio Vilela e Marcelo Allain. Os erros remanescentes são de minha responsabilidade.

## INTRODUÇÃO

O México vem sendo citado como um dos principais exemplos de sucesso recente de ajustamento na América Latina. A inflação caiu de 159% em 1987 para 52% em 1988, acusou uma taxa média de 23% em 1989-91 e a projeção para 1992 é de 12-13%. Tais ganhos no terreno antiinflacionário foram acompanhados por uma modesta, porém constante, recuperação do crescimento, expressa na taxa média de expansão do PIB per capita de 1,5% em 1989-91.

O objetivo deste trabalho é descrever o contexto e as principais características do ajustamento mexicano, procurando assinalar eventuais lições para o Brasil.

### 1. Aspectos Relevantes para uma Análise Comparativa

Cada economia latino americana apresenta naturalmente características muito peculiares, desautorizando transplantes automáticos de políticas exitosas de um país a outro.

Os Quadros 1 a 5 contém alguns indicadores básicos para México, Brasil e alguns países selecionados. Ressaltem-se os seguintes aspectos:

i) o México registrou historicamente uma taxa de inflação inferior à brasileira; conforme indica o Quadro 1, a inflação anual mexicana foi de 9% em 1950-80, contra 33% no caso brasileiro. Diferentemente de países como Argentina, Brasil e Chile, o México chegou a experimentar períodos relativamente longos de inflação baixa, como em 1960-71, cuja taxa anual foi de 3,5% ao ano. Tal fato explica o menor desenvolvimento de mecanismos de indexação dos contratos, bem como a maior facilidade para persuadir os agentes de que a economia pode retornar a uma situação de estabilidade.

ii) Embora a economia mexicana tenha tido um desempenho razoável em termos de crescimento, não acusou taxas tão elevadas como no caso brasileiro; a taxa média de expansão anual do PIB per capita brasileiro foi de 4,2% em 1950-80, contra 3% no México (ver Quadro 1).

É lícito supor que a expectativa de crescimento no Brasil antes da crise da dívida externa era maior do que no México, tornando mais difícil impor sacrifícios, ainda que de curto prazo, para se atingir a estabilização. E, de fato, o desempenho mexicano em termos de crescimento desde a crise da dívida foi pior do que o brasileiro conforme mostra o Quadro 3a.

iii) A proximidade com os EUA possibilitou uma forte integração com aquele país, algo particularmente notável no caso do mercado de trabalho e da indústria maquiladora; tal fenômeno deverá se acentuar naturalmente com a criação do NAFTA (North American Free Trade Agreement).

O processo de emigração para os EUA atenua o problema de desemprego aberto no México, aumenta o interesse das autoridades norte-americanas no sentido de minorar as dificuldades do país vizinho e, no médio prazo, aumenta as entradas de divisas sob a forma de remessas.

iv) embora Brasil e México possuam uma estrutura industrial já diversificada para padrões do mundo menos desenvolvido, o grau de verticalização da estrutura industrial mexicana é menor. Daí decorrem duas características interessantes para uma análise comparativa. Primeiro, a elasticiade-produto das importações tende a ser maior no México, fazendo com que recuperação do nível de atividade se reflita mais rapidamente nas contas externas; segundo, os interesses constituídos nos setores de bens de equipamento são relativamente menos resistentes a um processo de liberalização do comércio exterior.

v) por mais de quatro décadas o sistema político mexicano tem sido dominado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) que exerce um notável controle sobre os sindicatos patronais e de trabalhadores; em franco contraste, o sistema partidário brasileiro é recente, altamente fragmentado e pouco arraigado na sociedade.

vi) ambos países acusam um elevado nível de heterogeneidade regional e social, além de graves problemas distributivos; a heterogeneidade étnica é bem mais acentuada no caso mexicano.

## 2. Antecedentes ao Plano de Dezembro de 1987

Há duas fases distintas antes do programa de 1987. Depois da eclosão da crise da dívida, em 1982, o biênio de 1983-84 é caracterizado por uma política convencional de ajuste com o apoio do FMI.

O período 1985-87 é marcado por sucessivos choques. Primeiro, o terremoto de 1985 causou sérios danos na Cidade do México e obrigou a um aumento das despesas públicas. Segundo, a queda dos preços do petróleo em 1986 acarretou um declínio de 18% nos termos de troca e uma perda de US$8.5 bi de receita, equivalente a 40% das exportações e 26% das receitas do setor público. Finalmente, a queda das bolsas internacionais em 1987 afetou fortemente a bolsa do México, impondo pesadas perdas de capital.

A forte desvalorização do peso como reação ao choque externo haveria de recuperar as contas externas, causar um acúmulo de reservas e agravar as pressões inflacionárias. No final de 1987 efetivamente a posição de reservas era confortável e a inflação atingia patamares sem precedentes na história mexicana; a inflação anual foi de 159% em 1987 e as projeções para 1988 giravam em torno de 200%.

## 3. O Programa de Dezembro de 1987

O programa mexicano incorporou algumas das principais lições da última década de problemas de estabilização. A equipe econômica foi capaz de integrar três ingredientes essenciais de um plano anti-inflacionário: ajuste fiscal, política de rendas e reformas estruturais. Em alguma medida, pelo menos um destes três elementos esteve ausente nas experiências fracassadas de vários outros países e do próprio México antes de 1987.

### Medidas Fiscais

Conforme indicam os Quadros 7a-7c, o saneamento das finanças públicas foi significativo. O déficit operacional passou de -5,5% em 1982 para um superávit de 2,8% em 1991. Tais mudanças nas contas públicas são atribuíveis tanto a um forte corte de despesas quanto ao aumento da arrecadação. Este último esteve associado à reforma tributária e ao êxito na diminuição da taxa de sonegação.

Apesar dos altos e baixos, esta disciplina fiscal foi sendo atingida ao longo da década. Mas a sensível melhora em 1988 só foi possível devido a elevadíssima correção dos preços públicos no final de 1987, no contexto do Pacto de Solidariedade sob a administração Miguel de la Madrid.

### Políticas de Rendas

O pacto de preços e salários constituiu a componente "heterodoxa" do plano. Realizada a correção de preços relativos (em favor dos preços públicos e do câmbio - desvalorização de 22% ) entre dezembro de 1987 e fevereiro de 1988, os diferentes setores passaram a pactuar as taxas de crescimento dos preços de uma cesta básica, constituída por bens essenciais e por bens e servicos públicos. Esta repactuação ocorreu de forma

periódica em março, maio, agosto e outubro de 1988.

Mesmo depois de atingida uma taxa de inflação mais baixa em 1988, persistiu-se com o controle dos preços básicos da economia, já no contexto do Pacto de Estabilidade e Crescimento da administração Salinas, cujas fases principais estão indicadas no Quadro 6.

Os seguintes aspectos merecem destaque:

i) a sólida posição de reservas em seu início, que permitiu ao governo manter a taxa de câmbio, algo que custou uma perda de reservas não inferior a US$7 bi;

ii) o notável continuísmo entre as duas administrações do PRI, o que garantiu que o Pacto prosseguisse inalterado em suas linhas-mestras mesmo com a mudança do presidente.

iii) condições políticas relativamente desfavoráveis para a administração, em virtude do crescimento eleitoral da oposição nas eleições de meados de 1988.

**As Reformas Estruturais**

As reformas estruturais foram o terceiro ingrediente básico do programa. Os planos de desregulamentação, privatização e abertura comercial já vinham sendo implementados - ainda que em ritmos diversos - desde 1982, conforme sugere o Quadro 8a, sendo aprofundados no período 1989-1992 (ver Quadro 8b). A venda de empresas estatais e a liberalização do comércio exterior foram, de fato,levadas adiante. O aumento das importações exerceu uma pressão de baixa direta sobre os preços de vários setores da indústria e agricultura. E, mais importante, serviu para arrefecer as expectativas inflacionárias. Neste sentido, a abertura complementou e assegurou o relativo sucesso do controle de preços.

A Abertura Comercial

A abertura do México ilustra, uma vez mais, a velocidade impressionante dos acontecimentos neste final de século. No início dos anos oitenta ainda se debatia naquele país a conveniência de se aderir ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). O México não apenas ingressou no Gatt em 1986, como transitou para um regime tarifário liberal conforme indicado no Quadro 9. Eis algumas das principais medidas adotadas:

- a tarifa média caiu de 27% em 1982 para 13,1% em 1990; quando ponderada pelo valor das importações, caiu para 10,4% neste último ano;

- o número de categorias de tarifas foi reduzido de 16 em 1982 para 5 em 1990, uniformizando o grau de proteção por setores;

- o coeficiente de importações sujeitas a licenças-prévias declinou de 100% da pauta em 1983 para 14% em 1990;

- diferentemente de outros processos de abertura (como o chileno, ou o argentino), não houve reversões bruscas de política, o que contribuiu para a credibilidade do programa;

Note-se que a liberalização comercial no México assumiu um ritmo inferior à do Chile, sendo similar ao cronograma de abertura no Brasil, conforme indicado no Quadro 10.

Esta liberalização, aliada à estabilização da economia mexicana, e à forte tendência mundial à conformação de blocos comerciais, torna possível o Acordo de Livre- Comércio com os EUA, algo considerado no mínimo remoto há apenas quatro anos atrás.

A Renegociação Externa

A renegociação da dívida com os bancos comerciais não logrou uma redução significativa do débito, mas teve um efeito positivo sobre as expectativas. Destacam-se três

aspectos. Em primeiro lugar, intentou-se uma redução do estoque da dívida através de operações de securitização, na linha daquilo que analistas e agentes do mercado internacional vinham preconizando há algum tempo. Os 450 bancos credores puderam optar por uma dentre três alternativas: redução do principal a uma taxa de desconto de 35%, fixação da taxa de juros ao nível de 6,25%, ou concessão de créditos novos da ordem de US$ 1.5 bilhões. Nas duas primeiras opções, o débito restante é substituído por títulos do governo mexicano, garantidos por letras do Tesouro norte-americano.

Em segundo, obteve-se o apoio dos organismos multilaterais e credores japoneses para o financiamento da aquisição de títulos do Tesouro por parte do México. Verificou-se, ademais, notável empenho do governo americano em pressionar os bancos para superar os inúmeros impasses surgidos ao longo da negociação.

Em terceiro, é interessante notar que o acordo da dívida só ocorreu depois de um relativo sucesso do plano. Com efeito, foi selado numa conjuntura macroeconômica relativamente favorável; a taxa de inflação de 1989 não superou os 20% e a economia já apresentava sinais de retomada de um crescimento moderado.

Outras Reformas

Destacam-se dentre as mudanças mais importantes:

- o governo conseguiu realizar privatizações num espaço de tempo relativamente curto, passando de 1155 para 124 empresas estatais; isto aportou recursos da ordem de US$ 32,7 bi e, mais importante, gerou uma noção de mudança no regime de política;

- liberalização dos transportes rodoviários;

- liberação das tarifas e rotas aéreas;

- desregulamentação dos portos;

- regulamentação de marcas e patentes.

**Perspectivas para o México**

O México tem grandes desafios para os anos noventa. A exemplo daquilo que ocorre com o Chile e, em geral, com economias em processo de abertura e transformação estrutural, há uma forte entrada de capitais, nem sempre absorvível num curto espaço de tempo.

Tal fenômeno viabiliza o desequilíbrio em conta corrente provocado pela valorização do câmbio, redução das alíquotas de importação e aumento dos gastos de consumo e investimento. Em 1991, por exemplo, o déficit em conta-corrente foi da ordem de US$12,6 bi, o movimento líquido de capitais de US$19,6 bi gerando um resultado global positivo no balanço de pagamentos de US$ 7 bi.

No plano político, por sua vez, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) tem sido capaz de cooptar as organizações trabalhistas e patronais. O princípio de "concertación" - tão caro ao presidente Salinas -, segundo o qual cada medida deve ser negociada multi-setorialmente, vem sendo viabilizado por uma tolerância social ímpar.

Nos próximos anos o PRI terá que administrar estas pressões num clima eleitoralmente mais competitivo. Nas últimas eleições presidenciais a vitória do candidato oficial esteve seriamente ameaçada pela primeira vez. Resta saber se os ciclos político-eleitorais não colocarão empecilhos para a manutenção do ajuste fiscal.

Daí talvez a maior importância do Acordo de Livre Comércio com a América do Norte. Para além das vantagens que um arranjo dessa natureza venha a representar, a perspectiva de uma forte integração com os EUA muda a qualidade do processo de ajustamento mexicano. O desejo de aprofundar as relações com o vizinho gigante do Norte, aparentemente confirmado pelas pesquisas de opinião pública, aduz um elemento crucial de

disciplina na política econômica doméstica. Algo semelhante se observou, de forma clara, na Espanha e em Portugal, com relação à integração na Comunidade Européia. Talvez no México, como nos países ibéricos, este elemento venha a desempenhar um papel decisivo para conciliar a estabilidade econômica com as inevitáveis pressões oriundas de um sistema político mais competitivo.

**Lições para o Brasil**

A maneira pela qual o México conseguiu reduzir a inflação não é aplicável integralmente no Brasil. Isto porque inexiste o mesmo grau de disciplina e consenso para o funcionamento de um pacto de preços e salários.

Apesar das diferenças é possível destacar pelo menos as seguintes diretrizes gerais:

i) A persistência de uma inflação entre 15-20%, a despeito de profundas reformas estruturais, sugere, uma vez mais, o caráter estrutural do problema inflacionário. No México nunca se falou, nem se fala agora, em inflação zero. E este é um país, que ao contrário do Brasil e da Argentina, experimentou vários anos de inflação de um dígito.

ii) A manutenção do controle sobre preços públicos e privados, salários e câmbio, mesmo depois de um relativo sucesso no programa antiinflacionário, sugere o importante papel que a política de rendas pode exercer. Sua eficácia parece, no entanto, depender de outras condições:

- da efetiva recuperação da capacidade de poupança do setor público e da austeridade da política monetária;

- do avanço ordenado do processo de abertura da economia, capaz de tornar a formação dos preços domésticos mais sensível ao mercado mundial; ainda que num sentido diverso da ortodoxia convencional, a estabilização dos preços dificilmente precede a abertura

comercial. A maior exposição do parque produtivo doméstico à concorrência externa constitui um complemento essencial ao controle de preços e salários para conduzir a economia a um regime mais estável.

iii) O custo social da experiência mexicana foi considerável; o postergamento do ajuste no Brasil pode acarretar perdas equivalentes num prazo relativamente curto;

iv) A mera docilidade na negociação da dívida externa tem pouco ou nada a ver com o sucesso. Um acordo da dívida só produz efeitos positivos sobre as expectativas se acompanhado por medidas de ajuste interno. Acrescente-se que, conforme observado no caso mexicano, um acordo externo em bases mais duradouras tende a vir após a fase mais difícil do ajuste interno, servindo, apenas a partir daí, para consolidar eventuais avanços.

E lícito supor, contudo, que no contexto dos anos noventa estratégias de menor confrontação com os credores parecem mais compatíveis com as reformas estruturais necessárias para o ajustamento da economia. Chamam particular atenção o papel de sinalização positiva e catalisador do crédito privado que os empréstimos de organismos oficiais podem exercer; ou o impulso que um arranjo permanente com os credores pode representar em termos de redução dos juros reais internos (e, consequentemente dos encargos da dívida pública), da abertura comercial e da privatização.

v) A abertura ao mercado mundial ou a blocos geo-políticos exerce um papel que transcende em muito a mera disciplina e eficiência econômicas. Pode constituir - pelo menos para aqueles países para os quais se abriram oportunidades reais de integração - no ingrediente fundamental de transição para regimes competitivos, tanto produtiva quanto politicamente.

QUADRO 1

INDICADORES BÁSICOS

| PAIS | RENDA PER CAPITA (US$) (1a) | RENDA PER CAPITA (US$) (1b) | POPULACAO (milhoes) (2) | GRAU DE ABERTURA X/Y (3) | GRAU DE ABERTURA M/Y (4) | EXPECTATIVA DE VIDA (ANOS) (5) | ANALFABETISMO MASCULINO (%) (6) | DIVIDA EXTERNA/PIB (%) (7) | TX MEDIA PIB PER CAP. 1950-80 - (%) (8) | TX.MEDIA DE INFLACAO 1950-80 - (%) (9) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ARGENTINA | 2520 | 4647 | 31.5 | 13.5 | 7.0 | 71 | 5 | 69.61 | 1.8 | 63.0 |
| BRASIL | 2160 | 4307 | 144.0 | 10.8 | 5.7 | 65 | 22 | 32.38 | 4.2 | 33.2 |
| MEXICO | 1760 | 4624 | 83.7 | 11.4 | 11.0 | 69 | 10 | 55.02 | 3.0 | 9.0 |
| CHILE | 1510 | 4862 | 12.8 | 32.4 | 25.7 | 72 | 6 | 57.60 | | |
| PERU | 1285 | 3129 | 21.2 | 15.0 | 11.8 | 62 | 15 | 71.14 | | |
| VENEZUELA | 3250 | 4306 | 18.8 | 20.3 | 16.9 | 70 | 13 | 57.99 | | |

(1a) Taxa de Cambio de 1986/dados de 1987
(1b) Usando a paridade do poder de compra
(3) e (4) Exportacao e Importacao/PIB - 1989
Fontes: World Development Report, 1989
Human Development Indicators
Panorama Socio Economico na AL/BID 1991
Fishlow & Cardoso

QUADRO 2

MEXICO - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA

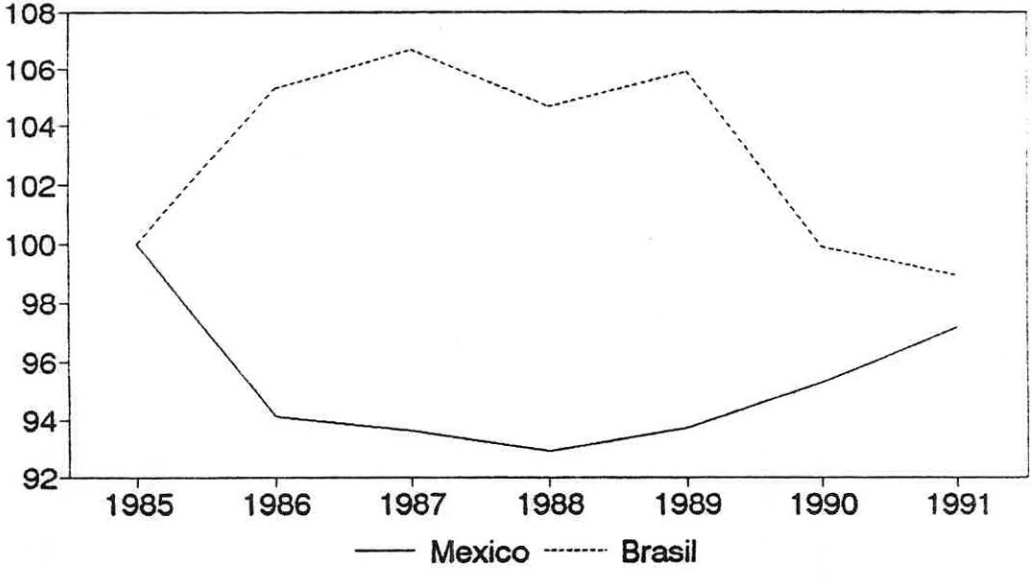
| | MEXICO | | | | | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ANO | PIB PER CAPITA BASE 1982=100 | INFLACAO (VAR. % ANUAL) | DIVIDA/PIB (%) | INVEST.EXT/HABITANTE(**) (US$) | DESEMPREGO TAXA MEDIA (%) | PIB PER CAPITA BASE 1982=100 |
| 1982 | 100.00 | 98.8 | 49.1 | 22.72 | 4.2 | 100.00 |
| 1983 | 93.70 | 80.8 | 61.0 | 6.18 | 6.6 | 94.42 |
| 1984 | 95.01 | 59.2 | 54.2 | 5.13 | 5.7 | 97.17 |
| 1985 | 95.39 | 63.7 | 52.6 | 6.30 | 4.4 | 102.53 |
| 1986 | 89.76 | 105.7 | 72.6 | 19.13 | 4.3 | 107.77 |
| 1987 | 89.49 | 159.2 | 73.6 | 40.02 | 3.9 | 109.13 |
| 1988 | 88.96 | 51.7 | 59.1 | 31.37 | 3.5 | 106.56 |
| 1989 | 90.29 | 19.7 | 48.6 | 41.89 | 2.9 | 107.61 |
| 1990 | 91.92 | 29.9 | 41.9 | 53.52 | | 100.35 |

FONTE: Mexico: Banco Central.
Brasil: IBGE.

QUADRO 3 A

# EVOLUCAO DO PIB PER CAPITA

## MEXICO/BRASIL 1985=100

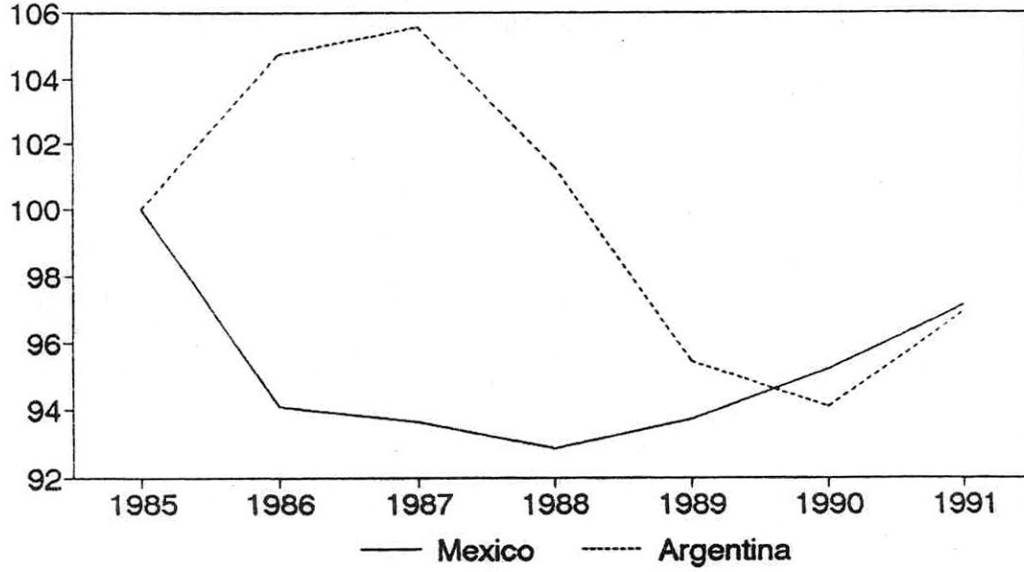



Fonte: CEPAL - Notas sobre la Economia e el Desrrollo - dez/1991

QUADRO 3 B

# EVOLUCAO DO PIB PER CAPITA

## MEXICO/ARGENTINA 1985=100

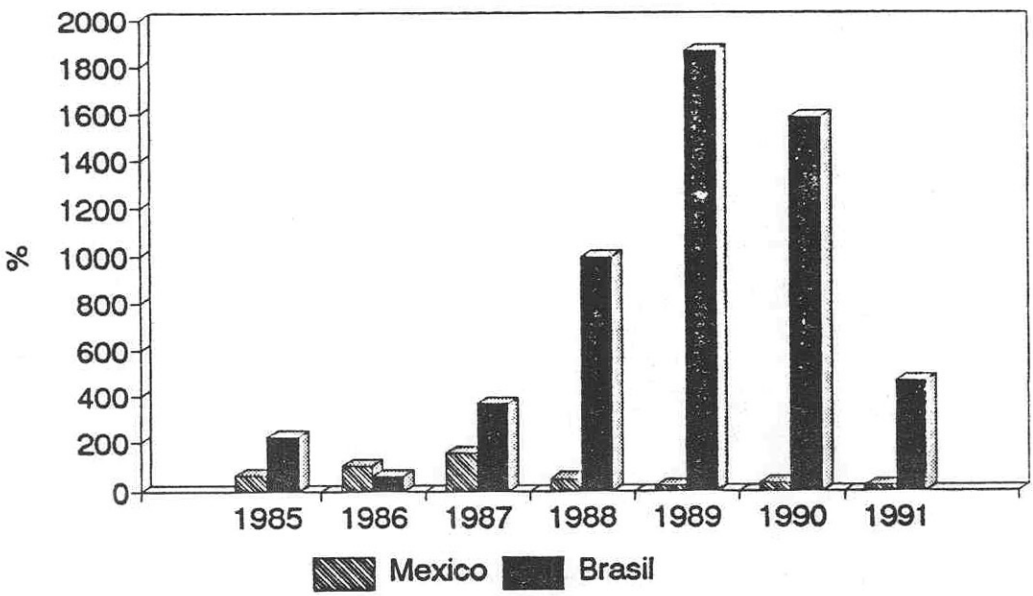



Fonte: CEPAL - Notas sobre la Economia e el Desrrollo - dez/1991

QUADRO 4 A

# EVOLUCAO DA INFLACAO

## MEXICO/BRASIL EM %

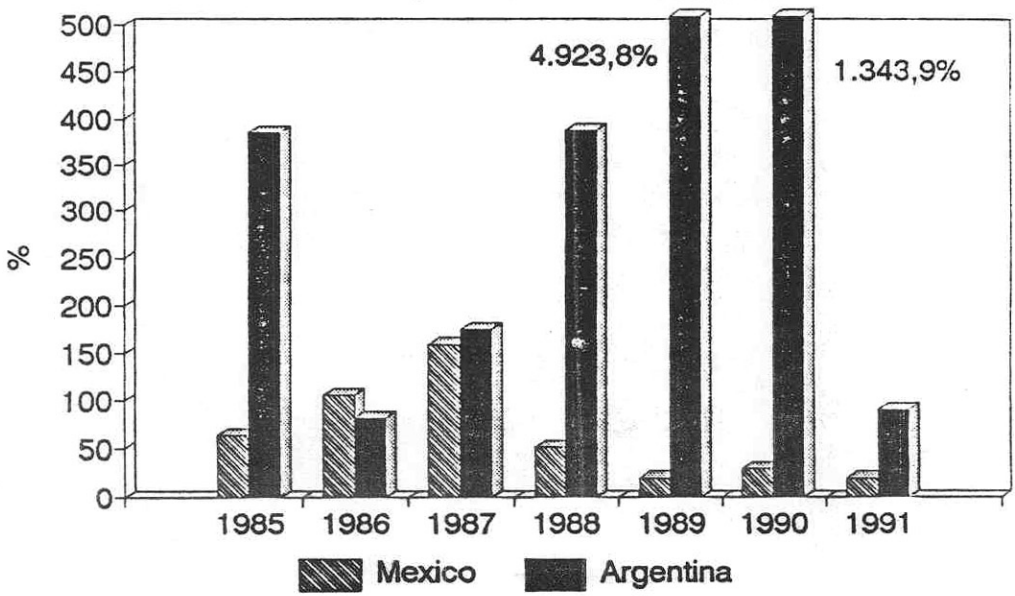



Fonte: CEPAL - Notas sobre la Economia e el Desrrollo - dez/1991

QUADRO 4 B

# EVOLUCAO DA INFLACAO

## MEXICO/ARGENTINA EM %

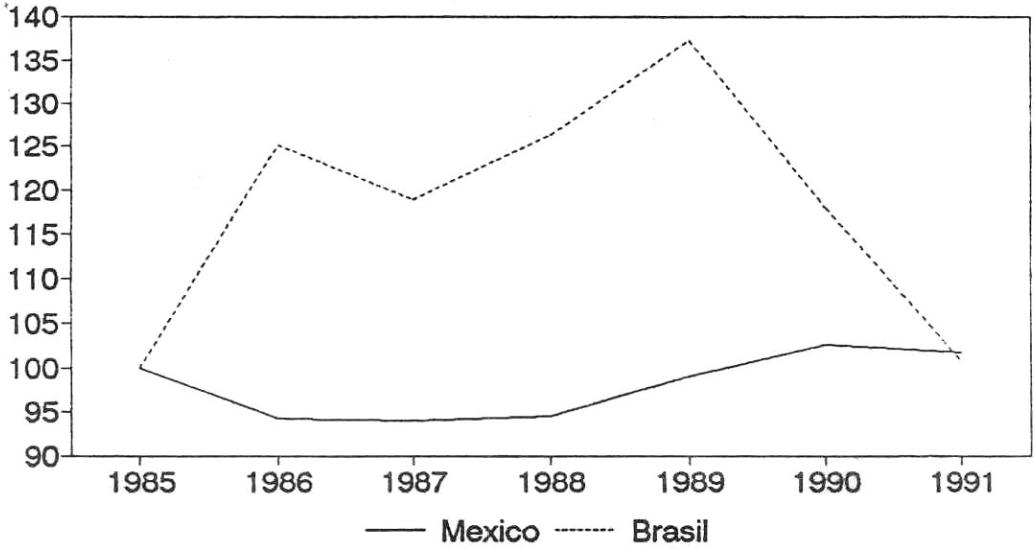



Fonte: CEPAL - Notas sobre la Economia e el Desrrollo - dez/1991

QUADRO 5 A

# EVOLUCAO DO SALARIO REAL

## Mexico/Brasil 1985=100



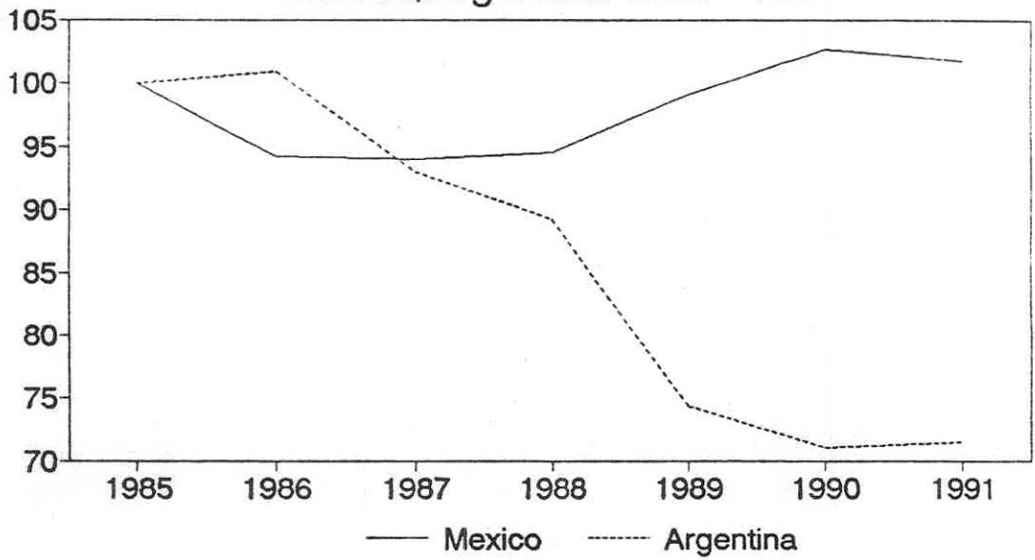

Notas: (a) Salario medio real da industria. / (b) Brasil=Industria paulista

Fonte: CEPAL, Notas sobre la Economia e el Desarrollo - dez/1991

QUADRO 5 B

# EVOLUCAO DO SALARIO REAL

## Mexico/Argentina 1985=100




Nota: Salario medio real da industria.

Fonte: CEPAL, Notas sobre la Economia e el Desarrollo - dez/1991

QUADRO 6
FASES DO PACTO DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO ECONOMICO

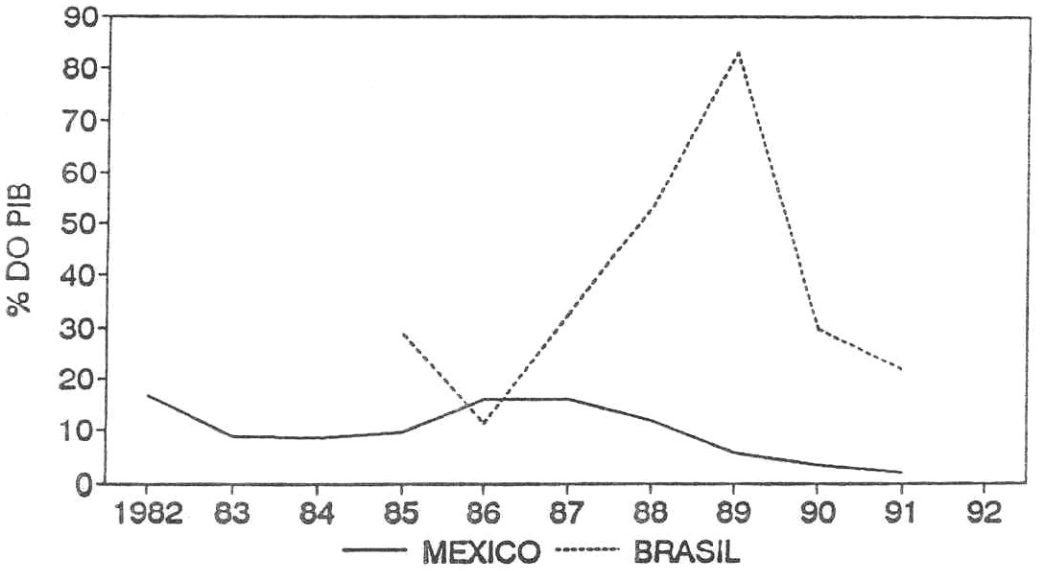
| | FASE 1 (JAN-89 a JUL-89) | FASE 2 (AGO-89 a MAR-90) | FASE 3 (DEZ-89 a JUL-90) | FASE 4 (MAI-90 a JAN-91) | FASE 5 (NOV-90 a DEZ-91) |
|---|---|---|---|---|---|
| PRECOS PUBLICOS | REALINHAMENTO | INALTERADOS | REALINHAMENTO | REALINHAMENTO | REALINHAMENTO |
| TAXA DE CAMBIO | DESVALORIZACAO DE UM PESO POR DIA | DESVALORIZACAO DE UM PESO POR DIA | DESVALORIZACAO DE UM PESO POR DIA | DESVALORIZACAO DE 0,8 PESO POR DIA | DESVALORIZACAO DE 0,4 PESO POR DIA |
| SALARIO MINIMO | + 8% | + 6% | + 10% | INALTERADO | + 18% |
| PRECOS PRIVADOS | REALINHAMENTO PARCIAL | REALINHAMENTO PARCIAL | REALINHAMENTO PARCIAL | REALINHAMENTO GRADUAL | REALINHAMENTO GRADUAL |

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA DO MEXICO

QUADRO 7 A

# DEFICIT NOMINAL

## MEXICO-BRASIL

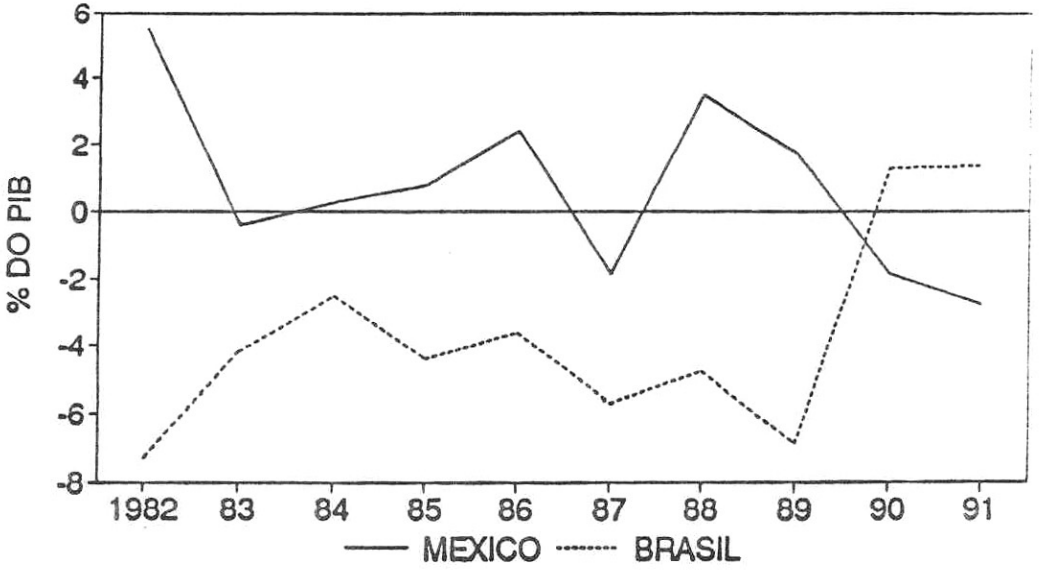



FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA DO MEXICO, BRASIL PROGRAMA ECONOMICO e IESP/FUNDAP - INDICADORES ECONOMICOS

QUADRO 7 B

# DEFICIT OPERACIONAL

## MEXICO-BRASIL

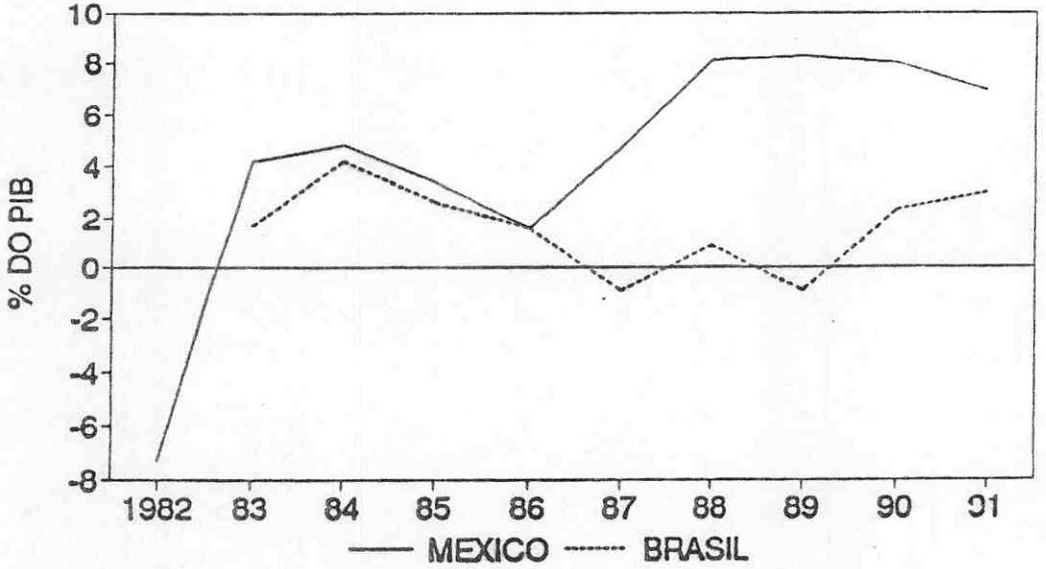



FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA DO MEXICO, BRASIL PROGRAMA ECONOMICO e IESP/FUNDAP - INDICADORES ECONOMICOS

QUADRO 7 C

# SUPERAVIT PRIMARIO

## MEXICO-BRASIL

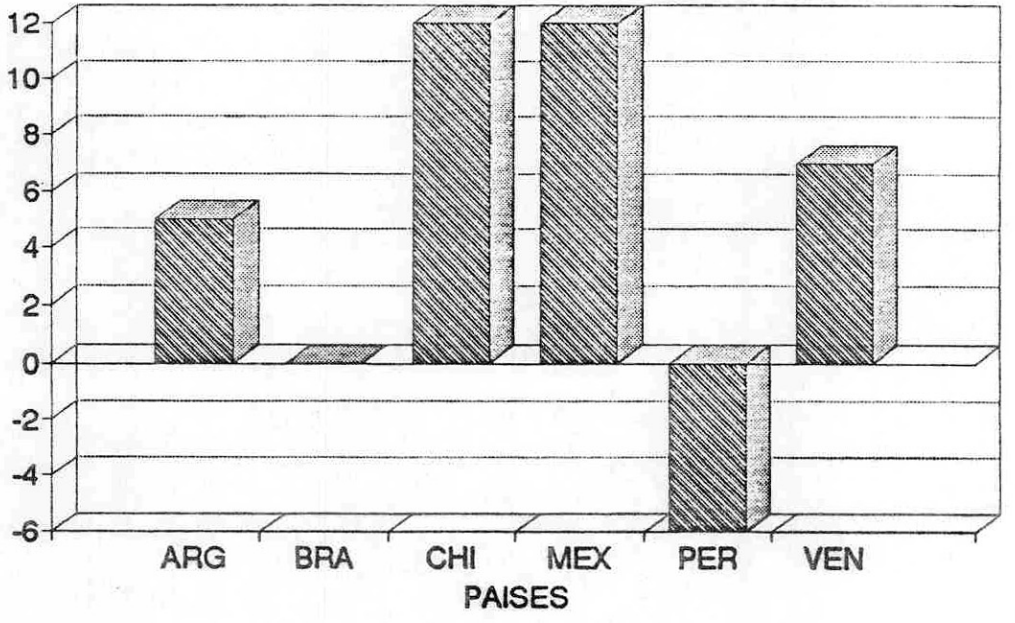



FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA DO MEXICO, BRASIL PROGRAMA ECONOMICO e IESP/FUNDAP - INDICADORES ECONOMICOS

QUADRO 8 A

# REFORMAS ESTRUTURAIS

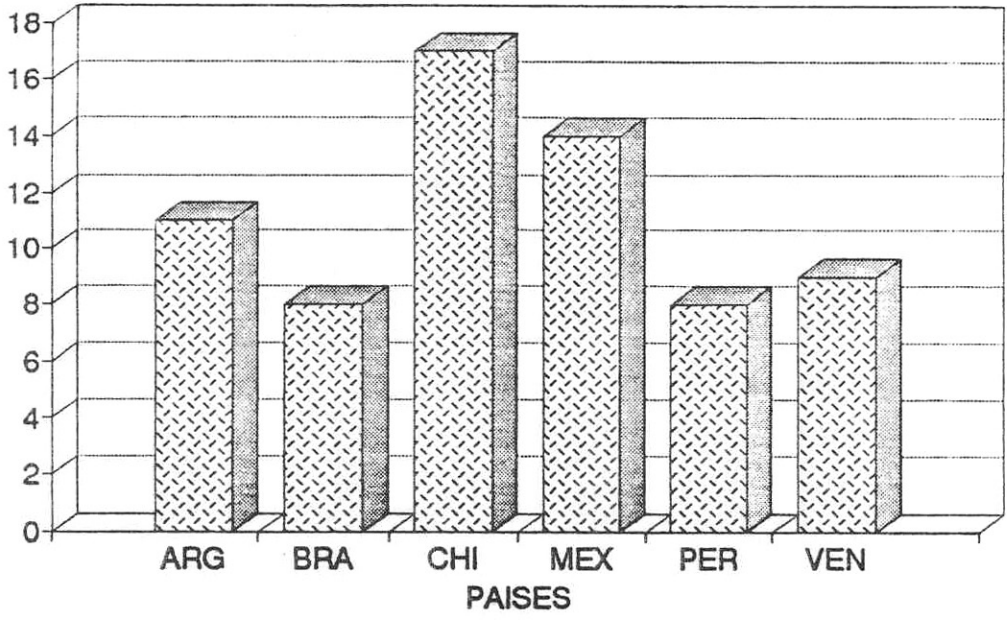
## 1979 A 1989



QUADRO 8 B

# REFORMAS ESTRUTURAIS

## 1989 A 1992



QUADRO 9

MEXICO: ESTRUTURA TARIFARIA

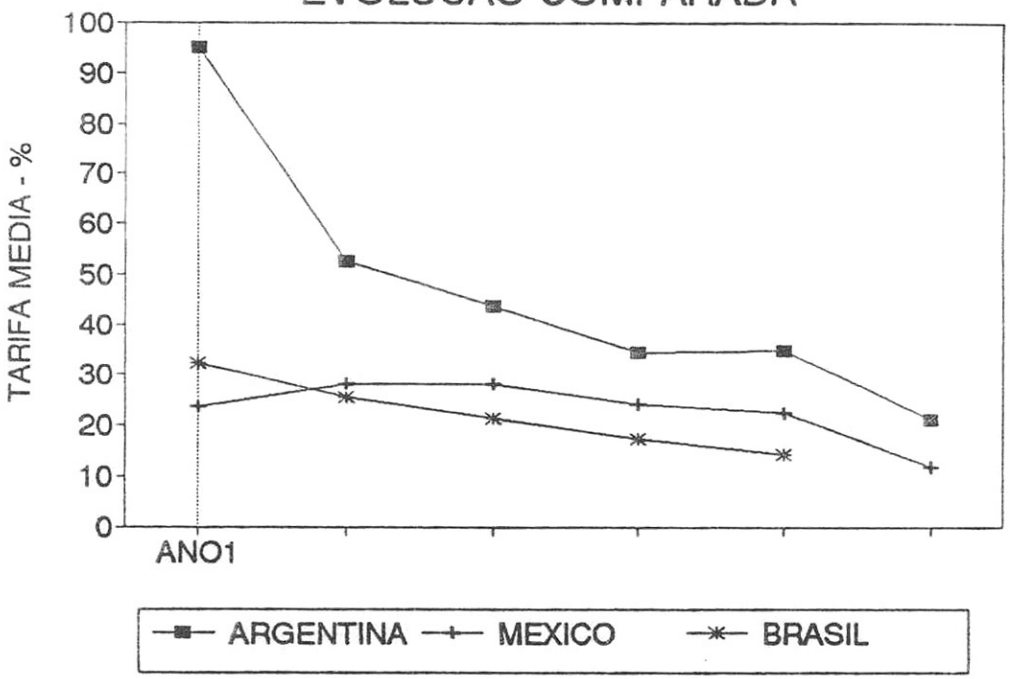
| | 1982 | 1986 | 1989 | 1990 |
|---|---|---|---|---|
| NUMERO DE ITENS | 8,008 | 8,206 | 11,838 | 11,826 |
| TARIFA MEDIA | 27.0% | 22.6% | 13.1% | 13.1% |
| TARIFA MEDIA PONDERADA | 16.4% | 13.1% | 9.5% | 10.4% |
| NUMERO DE CATEGORIAS | 16 | 11 | 5 | 5 |

Fonte: Secretaria da Fazenda do Mexico

QUADRO 10

# ABERTURA COMERCIAL

## EVOLUCAO COMPARADA



TEXTOS JÁ PUBLICADOS:

nº 01 - A PRAGMATIC APPROACH TO STATE INTERVENTION: THE BRAZILIAN CASE.
Luiz Carlos Bresser Pereira

nº 02 - THE PERVERSE MACROECONOMICS OF DEBT, DEFICIT AND INFLATION IN BRAZIL.
Luiz Carlos Bresser Pereira

nº 03 - A TAXA DE SALÁRIOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.
Domingo Zurron Ocio

nº 04 - ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, LUCROS E JUROS.
Luiz Carlos Bresser Pereira

nº 05 - INVESTMENT DECISION AND THE INTEREST RATE IN NORMAL AND EXCEPTIONAL TIMES.
Luiz Carlos Bresser Pereira

nº 06 - O IMPOSTO ÚNICO SOBRE TRANSAÇÕES (IUT).
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

nº 07 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIDA EM SOCIEDADE.
Robert Norman Nicol

nº 08 - O DÉCIMO PRIMEIRO PLANO DE ESTABILIZAÇÃO.
Luiz Carlos Bresser Pereira

nº 09 - THE VANISHING MOTIVATION TO SOLVE THE DEBT CRISIS.
Luiz Carlos Bresser Pereira

nº 10 - CRIME, VIOLÊNCIA E CASTIGO.
Robert Norman Nicol

nº 11 - UM MODELO INTEGRADO PARA UNIVERSIDADES PÚBLICAS.
Annibal Parracho Sant'Anna
Dani Gamerman (IM/UFRJ)
Hélio dos Santos Migon (IM/UFRJ)

nº 12 - IMPOSTO INFLACIONÁRIO E EFEITO OLIVEIRA-TANZI: UMA VERSÃO COMBINADA.
Paulo Roberto Arvate

nº 13 - WAGES, EFFICIENCY AND LABOR MARKET REGULATION IN AN INFLATIONARY ENVIRONMENT.
Guillermo Tomás Málaga

nº 14 - OS KEYNESIANOS NEO-RICARDIANOS E OS PÓS-KEYNESIANOS: COMENTÁRIOS A AMADEU E DUTT.
Antonio Carlos Alves dos Santos

nº 15 - THE RECENT BRAZILIAN TRADE LIBERALIZATION IN HISTORICAL PERSPECTIVE
Gesner Oliveira
Marcelo Allain

nº 16 - PRÁTICAS ORÇAMENTÁRIAS PARTICIPATIVAS:
UM ESTUDO DE CASO DE PREFEITURAS PAULISTAS
Carlos A. C. Ribeiro
Walter T. Simon

nº 17 - LIBERALIZATION AND DEMOCRATIZATION IN THE CONTEXT OF A WEAK STATE AND A WEAKER CIVIL SOCIETY
Luiz Carlos Bresser Pereira

nº 18 - LATIN AMERICA AND EASTERN EUROPE:
ECONOMIC REFORMS IN ABNORMAL TIMES
Luiz Carlos Bresser Pereira

nº 19 - WAGE POLICIES AND LABOR TURNOVER:
AN EMPIRICAL ANALYSIS OF THE BRAZILIAN DATA
Guillermo Tomás Málaga

nº 20 - MODELOS HIERÁRQUICOS DINÂMICOS E PREVISÃO DO VALOR AGREGADO
Annibal Parracho Sant'Anna

nº 21 - A EXPERIÊNCIA RECENTE DE ESTABILIZAÇÃO E AJUSTAMENTO NO MÉXICO: ASPECTOS RELEVANTES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA
Gesner Oliveira